

**STJ NAS**   
**ESCOLAS**

Círculo de Apoio à Educação









**Maria Thereza de Assis Moura** (Presidente)

**Og Fernandes**

(Vice-Presidente e  
Corregedor-Geral da Justiça Federal)

**Francisco Falcão**

**Nancy Andrichi**

**Laurita Vaz**

**João Otávio de Noronha**

**Humberto Martins**

**Herman Benjamin**

**Luis Felipe Salomão**

**Mauro Campbell Marques**

**Benedito Gonçalves**

**Raul Araújo**

**Isabel Gallotti**

**Antonio Carlos Ferreira**

**Villas Bôas Cueva**

**Diretor-Geral** Sergio José Americo Pedreira

**Sebastião Reis Júnior**

**Marco Buzzi**

**Marco Aurélio Bellizze**

**Assusete Magalhães**

**Sérgio Kukina**

**Moura Ribeiro**

**Regina Helena Costa**

**Rogério Schietti Cruz**

**Gurgel de Faria**

**Reynaldo Soares da Fonseca**

**Ribeiro Dantas**

**Antonio Saldanha Palheiro**

**Joel Ilan Paciornik**

**Messod Azulay Neto**

**Paulo Sérgio Domingues**



## **Realização**

Gabinete da Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Maria Thereza de Assis Moura  
Secretário de Serviços Integrados de Saúde  
Paulo Roberto Lenzi

## **Equipe Técnica**

### **Elaboração**

Éricka Silva Gomide Castanheira  
Giuliana de Sousa Araujo Felizola  
Juliana Mara Gomes de Assis Nogueira  
Keila Faria Ferreira  
Rebeca Rios Duarte Evangelista  
Vanessa Málda Lira Severiano

### **Colaboração**

Alexandra Gonzaga Junqueira Correia Lima

### **Diagramação**

Coordenadoria de Múltiplos Meios  
Marcos Carlos Almeida Teixeira

### **Revisão**

Suellen Kappel Queiroz  
Wanderson de Melo Gonçalves

### **Endereço para correspondência**

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde  
SAFS Quadra 6, Lote 1, Trecho III  
Cep.: 70.095-900 Brasília – DF  
Tel: (61) 3319-9069  
e-mail: stj.gabsis@stj.jus.br

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

B823s

Brasil. Superior Tribunal de Justiça.

STJ nas escolas [recurso eletrônico] : círculo de apoio à educação / Superior Tribunal de Justiça, Secretaria de Serviços Integrados de Saúde – Brasília : Superior Tribunal de Justiça – STJ, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 58 páginas).

Disponível em: [bdjur.stj.jus.br](http://bdjur.stj.jus.br)

ISBN 978-65-88022-30-6

1. Criança, proteção, Brasil. 2. Direitos das crianças, Brasil. 3. Educação infantil. 4. Primeira infância. 5. Direitos humanos. I. Título.

CDU 34-053.2(036)

## EQUIPE DE ELABORAÇÃO

### Comissão da Primeira Infância do Superior Tribunal de Justiça:

**Alexandra Junqueira** – servidora do STJ, graduada em Nutrição, chefe do berçário do STJ, pós-graduada em Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas.

**Éricka Gomide** – servidora do STJ, educadora parental certificada em Disciplina Positiva pela *PDA (Positive Discipline Association/USA)*, com certificação para pais, profissionais de saúde, primeira infância e sala de aula. Pós-graduada em Psicologia Positiva pela PUC/RS. Coautora dos livros *Educação Consciente* e *Depois dos Filhos*.

**Giuliana Felizola** – servidora do STJ, pediatra, educadora parental certificada em Disciplina Positiva pela *PDA (Positive Discipline Association/USA)*, certificada em Atuação Consciente pela Escola da Educação Positiva, em Apego Seguro pela *API (Attachment Parenting International)*, pós-graduanda em Educação Positiva pela Escola da Educação Positiva.

**Juliana Nogueira** – servidora do STJ, odontopediatra, mestra em Desenvolvimento da Primeira Infância pela UCL, educadora parental certificada em Atuação Consciente pela Escola da Educação Positiva, em Apego Seguro pela *API (Attachment Parenting International)* e facilitadora parental certificada pela Academia de Parentalidade Consciente, pós-graduanda em Educação Positiva pela Escola da Educação Positiva.

**Keila Faria** – servidora do STJ, graduada em Serviço Social, educadora parental certificada em Disciplina Positiva pela *PDA (Positive Discipline Association/USA)*, certificada em Atuação Consciente pela Escola da Educação Positiva, em Apego Seguro pela *API (Attachment Parenting International)*, certificada em Educação Sexual, Emocional e Prevenção ao Abuso Sexual Infantil pela ESEPAS-MEC, pós-graduanda em Neurociências, Educação e Desenvolvimento Infantil pela PUC/RS e em Educação Positiva pela Escola da Educação Positiva.

**Rebeca Rios** – neuropsicopedagoga, atua há 26 anos na Educação Infantil, coordenadora pedagógica do berçário do STJ, especializada na Primeira Infância, consultora pedagógica para pais, cuidadores e escolas. Autora do projeto *O Cuidado que Educa*.

**Vanessa Severiano** – servidora do STJ, odontopediatra, especialista em Saúde Coletiva, educadora parental certificada em Atuação Consciente pela Escola da Educação Positiva, em Apego Seguro pela *API (Attachment Parenting International)*, pós-graduanda em Educação Positiva pela Escola da Educação Positiva.







## APRESENTAÇÃO

Seja bem-vindo(a) ao *STJ NAS ESCOLAS - Círculo de Apoio à Educação*, um projeto social criado pela Comissão da Primeira Infância do STJ, subgrupo do programa de direitos humanos Humaniza STJ.

Uma primeira infância repleta de afeto, cuidado, amor e segurança, com interações sociais saudáveis e em um ambiente sem violência promove terreno fértil para que, no futuro, crianças se tornem adultos emocionalmente equilibrados, resilientes, com menor risco de desenvolver doenças crônicas e transtornos psiquiátricos, que busquem e proporcionem o respeito em suas relações.

São irrefutáveis as provas de que abusos emocionais, físicos e sexuais durante a infância prejudicam crianças, adultos e sociedades. Inúmeros estudos mostram sua associação com uma ampla gama de resultados negativos. Em contrapartida, nenhum estudo sugere evidências de quaisquer benefícios.

O respeito aos direitos das crianças à proteção, à saúde, ao desenvolvimento e à educação e o desejo de avançar em direção a sociedades prósperas e não violentas exigem que a violência contra crianças seja proibida por lei e eliminada na prática. Por esse motivo, o projeto *STJ nas Escolas* tem a intenção de contribuir com a promoção da saúde e do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças brasileiras, por meio da disseminação de práticas com respaldo científico e alinhadas à filosofia da educação positiva, que atentem às fases de desenvolvimento infantil. Serão beneficiados pelo projeto professores, mães e pais de crianças da rede pública de ensino.

O conteúdo utilizado para a criação deste material é baseado em atualizações científicas e descobertas nas áreas de Neurociências. Abrange princípios da Educação Positiva, Teoria do Apego, Comunicação Não Violenta, Emmi Pikler, Disciplina Positiva, Parentalidade Consciente e Parentalidade Positiva, além de estudos sobre trauma e estresse tóxico precoce na infância.





## Sumário

1. Educação Positiva .....	13
2. Experiências adversas da infância .....	16
3. Apego seguro e autenticidade .....	18
4. O cérebro da criança.....	19
5. Desafios de comportamento .....	22
6. Punições e recompensas.....	23
7. Cuidados amorosos .....	24
8. Critérios da Disciplina Positiva .....	25
9. Dicas práticas.....	27
10. Vivências acerca do importante papel dos cuidadores.....	30
11. Oficina de proteção do corpo .....	33
11.1. Dicas de proteção.....	33
11.2. Sinais ou sintomas que podem indicar que a criança está sofrendo abuso.....	34
12. Vivências para oficina de proteção do corpo .....	36
12.1. O toque do <i>sim/bom</i> e o toque do <i>não/ruim</i> .....	36
12.2. As quatro regras de proteção do corpo.....	41
13. O papel do professor e das escolas na prevenção da violência domiciliar .....	44
14. Canais de comunicação externa de violência contra a criança .....	46
15. A violência contra a criança como origem da violência estrutural .....	47
16. Conclusão.....	50
17. Bibliografia recomendada .....	52
18. Referências bibliográficas.....	53





## 1. EDUCAÇÃO POSITIVA

A Educação Positiva é a filosofia desenvolvida pela Escola da Educação Positiva, em Belo Horizonte – MG, que traduz evidências científicas em linguagem acessível e promove a atuação consciente de mães, pais, cuidadores e profissionais. Tem como base quatro pilares:

- *Teoria do Apego*: desenvolvida por John Bowlby, psicólogo, médico psiquiatra e psicanalista inglês que, desde a década de 40, estudava crianças delinquentes e crianças, no pós-guerra, separadas de suas mães. Observando-as, Bowlby percebeu vários comportamentos verificados também em crianças que possuíam suas mães. Combinando seus estudos com Harlow, cientista americano que fazia pesquisas sobre o comportamento de macacos separados de suas mães, e baseado nas teorias de Anna Freud, Bowlby desenvolveu a teoria de que o comportamento de apego era, essencialmente, uma estratégia de sobrevivência evolutiva para proteger o recém-nascido. Segundo ele, todas as crianças nascem com a capacidade de se vincular ao seu adulto cuidador, pois todas nascem com a capacidade de amar e precisam disso para sobreviver. Quanto mais assertivo for o adulto em atender as necessidades das crianças, que nascem totalmente dependentes, mais seguras elas se tornam. A qualidade dos vínculos criados na infância, principalmente com o cuidador principal (que, na maioria das vezes, é a mãe), é determinante para que a pessoa estabeleça relacionamentos saudáveis na vida adulta. Assim sendo, as primeiras relações de apego estabelecidas na infância afetam a forma como o indivíduo se relaciona com outras pessoas ao longo de toda sua vida.



- *Neurociência do desenvolvimento humano*: mostra como se desenvolve o cérebro das crianças do ponto de vista cognitivo, social e emocional. Evidencia quais são os comportamentos esperados para cada fase do desenvolvimento humano e como os traumas de infância repercutem na vida adulta.
- *Desenho original do ser humano*: é a essência da natureza humana. Autoras como Laura Gutman e Alice Miller afirmam que, para entendê-lo, é necessário compreender que, entre todas as espécies de mamíferos, os seres humanos são os que nascem mais dependentes. Outros mamíferos são capazes de andar, buscar seu alimento poucos dias depois do nascimento e mamar por um período menor. O mamífero humano, por outro lado, nasce em um estado de dependência *total* e, se for abandonado, sem cuidado, morre. Portanto, sempre dependerá de um *adulto* para atender suas necessidades. Outro fato que muitos desconhecem, pois nossa visão é influenciada pelo sistema tradicional, é que as crianças não nascem más. Apesar do movimento cultural, religioso e do senso comum, que supõem que algumas crianças já nascem perversas e que precisam ser moldadas, corrigidas, deixadas sozinhas para aprender, punidas e castigadas, estudos científicos já provaram que todas as crianças nascem confiantes, amorosas, compassivas, corajosas e empáticas. O ser humano nasce confiante de que receberá amor, de que terá suas necessidades atendidas e luta por isso. Todos nascem cheios de autoestima. Infelizmente, porém, a forma como os cuidadores lidam com desafios do comportamento da criança replica violências vividas em suas próprias infâncias, o que é determinante para a redução da autoestima da criança e para o surgimento de doenças físicas e psicológicas.
- *Inteligência emocional*: consiste em saber lidar com as próprias emoções para, assim, saber lidar com as emoções do outro. Permite ao indivíduo experimentar qualquer emoção sem que se sinta inadequado, sem reprimir, silenciar e dissociar-se. Permite também entender as cinco emoções básicas (medo, raiva, tristeza, alegria e amor) – todas elas importantes, mesmo quando consideradas *negativas*. Na sociedade atual, sentimentos não costumam ser nomeados. Enxerga-se apenas a visão do adulto, o que faz com que crianças se sintam inadequadas e sejam castigadas ou abandonadas emocionalmente, justamente por expressarem suas emoções.



Estudos científicos sobre trauma mostram que emoções reprimidas durante a infância ficam gravadas até a vida adulta e voltam à tona nos desafios de comportamento das crianças. Citam-se como exemplos dessas emoções reprimidas: situações nas quais crianças são ensinadas que chorar é feio, que é necessário engolir o choro, em que não é permitido gritar, sentir raiva ou expressar-se livremente, sob pena de punições.

Como sentimentos e necessidades da infância raramente são nomeados, não se aprende como atravessá-los de forma saudável. Acrescido a isso, devido à repressão e à punição tão comuns na infância diante de um comportamento inadequado, o cérebro infantil registra que sentir e expressar emoções não é seguro. Conforme comprovado pela Teoria Polivagal, essas emoções não trabalhadas ficam gravadas na parte primitiva (não consciente) do cérebro, no corpo e nas vísceras e, durante os desafios com as crianças, ativam-se gatilhos emocionais no adulto. Esses, por sua vez, reativam aquelas emoções guardadas do passado e fazem com que o corpo reaja de forma desproporcional e agressiva, como estratégia de defesa que não pôde ser completada na infância, quando, de fato, existia uma ameaça. Desse modo, o adulto reage da mesma forma com que foi tratado por seus adultos cuidadores quando criança e perpetua o ciclo transgeracional de incompreensão e violência. Alguns autores utilizam o termo *criança interior* ou *criança interior ferida* para explicar esse modo de reação infantil e desregulado por parte dos adultos, diante de situações desafiadoras, como reflexo da violência e do não atendimento de necessidades durante a infância.

A inteligência emocional é uma das grandes habilidades buscadas nos dias atuais. Infelizmente, escolas e famílias podem contribuir desde cedo para o desenvolvimento de um sentimento de inadequação em crianças, que aprendem que, para suportar a dor de não serem compreendidas em suas necessidades, precisam se dissociar do que estão sentindo e apagar sua autenticidade. Em geral, as reações são automáticas e frequentemente se diz à criança, mesmo que de forma amorosa: “não precisa chorar”, “não precisa ter medo disso”, “não pode ficar com raiva assim”, “monstros não existem”, “esse bicho não pica”, “esse cachorro não morde”, “não pode gritar”, entre outros. O ideal, no entanto, é o acolhimento de sentimentos: “Entendo que esteja com medo. Estou aqui com você e você está seguro comigo. Tudo bem chorar quando estamos tristes. Pode chorar. Vou ficar com você até se sentir melhor. Quer um abraço?”

Para mais informações sobre a Escola da Educação Positiva, acesse o [site https://escoladaeducacaopositiva.com.br/](https://escoladaeducacaopositiva.com.br/). Sugere-se também assistir ao documentário *O Segredo da Criança Invisível*, da referida Escola, que está disponível gratuitamente no *Youtube*.



## 2. EXPERIÊNCIAS ADVERSAS DA INFÂNCIA

No ano de 1998, estudo robusto conduzido pelo Dr. Vincent Felitti, médico e pesquisador americano, descreveu eventos potencialmente traumáticos que acontecem antes dos 17 anos de idade e são capazes de colocar indivíduos sob risco maior de doenças e outros problemas na vida futura. Tais eventos foram denominados *experiências adversas da infância* (EAIs) e podem afetar o desenvolvimento do cérebro de uma criança e modificar sua arquitetura, devido ao estresse tóxico. A longo prazo, isso aumenta o risco não só de doenças mentais e psíquicas, como também de doenças crônicas. Essas evidências consistentes e convincentes mostram a importância do investimento no combate aos danos causados por adversidades na infância e nos serviços de prevenção das experiências traumáticas nessa fase da vida.

O estudo descrito acima é chamado *The CDC-Kaiser Permanent adverse childhood experiences (ACE)* (Felitti e Anda, 1998) e elenca dez situações consideradas experiências adversas da infância: sofrer abuso físico, emocional ou sexual; sofrer negligência física ou emocional; ser testemunha de violência doméstica; possuir mãe/pai/cuidador em situação de dependência química; possuir mãe/pai/cuidador com problemas de saúde mental; sofrer abandono parental, devido à separação ou ao divórcio dos pais; e possuir pai, mãe ou familiar encarcerado.

Ainda em relação a esse estudo, mostrou-se que adultos que viveram quatro ou mais experiências adversas da infância possuem o risco aumentado de desenvolvimento de: depressão (4,6x), uso de drogas ilícitas injetáveis (10,3x), alcoolismo (7,4x), suicídio ou tentativa de suicídio (12,2x), coronariopatias (4,6x), pneumopatia crônica (3,9x), doenças sexualmente transmissíveis (2,5x), câncer (1,9x), diabetes (1,6x), obesidade severa (1,6x) e outras doenças crônicas. Além disso, experiências adversas da infância podem interferir na aprendizagem, no comportamento e na capacidade de prosperar na vida futura.



Informações adicionais sobre as experiências adversas da infância e o impacto de traumas da infância na vida adulta estão disponíveis no livro *Mal Profundo*, da Dra. Nadine Burke Harris, pediatra americana. Outras leituras recomendadas sobre o assunto são: *O corpo guarda as marcas*, do Dr. Bessel Van Del Kolk; *The myth of normal*, do Dr. Gabor Mate (com mais de vinte páginas de artigos e referências bibliográficas).



### 3. APEGO SEGURO E AUTENTICIDADE

De acordo com o Dr. Gabor Maté, médico húngaro-canadense e grande estudioso de traumas, a autenticidade e o desenvolvimento de apego seguro são as duas necessidades básicas do ser humano. Crianças nascem autênticas, espontâneas e com sua autoestima intacta e lutam por suas necessidades e para manter sua integridade. Porém, ao expressarem livremente suas emoções, seus gostos e suas características, são, muitas vezes, reprimidas por seus cuidadores e impedidas de chorar, gritar, demonstrar sua raiva, sentir medo, explorar, sujar-se, entre outros. Como não podem sobreviver sem o vínculo/amor do seu cuidador e buscam uma relação de apego seguro, aos poucos, vão renunciando à sua autenticidade para corresponder às expectativas dos adultos, pois, ao fazê-lo, recebem mais amor e aceitação. Assim, gradativamente, as crianças vão se desconectando da sua essência, deixando de ser quem são para corresponder ao que os pais desejam. A longo prazo, isso provoca diminuição da autoestima, dificuldade de colocar limites, perfeccionismo, autocrítica excessiva e intolerância com erros, o que pode culminar, inclusive, em transtornos mentais e doenças psicológicas na fase adulta.



## 4. O CÉREBRO DA CRIANÇA

A neurociência mostra que as crianças nascem com o cérebro ainda muito imaturo. Apenas o cérebro primitivo (também chamado de reptiliano), responsável pela respiração, pela frequência cardíaca e pelo instinto de sobrevivência, e o cérebro emocional (também chamado de sistema límbico) estão operantes. O neocórtex (ou córtex pré-frontal), importante parte do cérebro responsável pelo controle de impulsos, funções executivas, comandos motores, consciência e linguagem, só está completamente formado por volta dos 25 anos. Essa parte do cérebro passa a ter alguma função a partir dos 3 anos de idade. Com base nesse entendimento, não faz nenhum sentido exigir de crianças controle emocional, especialmente durante a primeira infância, fase em que expressam suas emoções de forma autêntica e sem filtro. Além disso, geralmente, crianças nessa faixa etária não possuem capacidade cerebral de manipular, de provocar adultos, de realizar atividades para ferir ou de fazer coisas ruins propositadamente. É importante compreender que os comportamentos desafiadores em crianças ocorrem apenas por imaturidade cerebral. Por incrível que pareça, é a forma de que o cérebro infantil dispõe para pedir ajuda ou para reagir a algo que seu sistema de defesa detectou como uma ameaça.

Outro ponto curioso sobre o cérebro infantil é que crianças pequenas são sensório-motoras, pois precisam tocar, sentir e movimentar-se para descobrir o mundo. Ademais, não possuem controle inibitório, isto é, não têm a capacidade de inibir uma ação. Por exemplo, se a criança segura o pincel com tinta, vai em direção à linda parede da sala para fazer uma obra de arte e ouve “não pode pintar na parede da sala”, ela continua não para desobedecer e provocar, mas porque seu cérebro não consegue inibir essa ação.



Criança aprende copiando e repetindo por meio dos chamados “neurônios-espelhos”, que são especialistas em copiar comportamentos. Sabendo disso, é fundamental compreender que gritar com criança não vai fazê-la parar de gritar, bater nela não vai fazê-la parar de bater. Outrossim, a repetição é importante. Da mesma forma que a criança precisa ensaiar vários passos com apoio para conseguir andar sem apoio, é necessário que comandos e orientações sejam repetidos várias vezes para que possa aprendê-lo e internalizá-lo. A palavra *não* também não é totalmente compreendida da forma que o adulto gostaria, pois é mais fácil para o infante assimilar frases afirmativas (o que pode) do que negativas (o que não pode).

Pesquisas comprovam que o sofrimento não traz força e resiliência, como afirma o senso comum. Ao contrário, o que promove resiliência é o acolhimento e a sensação de segurança que o adulto cuidador traz para a criança durante situações estressantes. A criança, principalmente na primeira infância (0 a 6 anos), não tem capacidade cerebral para autorregular-se. Isso significa que, ante um evento estressor, ela não consegue voltar para o estado de equilíbrio sem que um adulto de segurança esteja disponível, aproxime-se dela e a acolha. Em outras palavras, ela, necessariamente, precisará de correção, em que um adulto, com seu cérebro desenvolvido e regulado, oferece seu corpo e sua presença para a criança, que tem o cérebro pouco desenvolvido e desregulado. Dessa forma, ela consegue vivenciar aquela emoção, acalmar-se e voltar para a homeostase (equilíbrio). Infelizmente, o desconhecimento sobre esse fato e o senso comum que diz que *é necessário sofrer para aprender* fazem o próprio adulto cuidador, que deveria oferecer segurança e correção para aquela criança, ser o causador do estresse. É importante ressaltar que pessoas são fortes e bem resolvidas hoje não porque viveram experiências ruins na infância. Ao contrário, o amparo físico e emocional e o acolhimento são os responsáveis por desenvolver resiliência nas pessoas. Elas tornam-se fortes apesar das experiências ruins vividas no passado.

Destaca-se que qualquer tipo de punição (gritos, ameaças, proibição de recreio, nome escrito no quadro, encaminhamento à diretoria, entre outros) ativa hormônios de estresse no cérebro da criança. Para professores, é muito importante saber que um cérebro tomado por hormônios de estresse não tem capacidade para aprender, pois, para isso, a criança precisa do neocórtex cerebral. Durante uma resposta ao estresse, também chamada de resposta de luta e fuga, o cérebro racional (que, na criança, já é pouco desenvolvido), é completamente desativado, para que o sangue seja desviado para áreas estratégicas do corpo, de modo a permitir que a pessoa possa lutar ou fugir e para que as ações sejam realizadas de forma rápida. Agora fica mais fácil entender por que é sempre a mesma criança que causa problemas ou por que, mesmo após várias formas de punição, muitos comportamentos não se resolvem. Quanto mais inundada por hormônios de estresse, mais hiper vigilante e hiper-reativa a criança fica, e a resposta fisiológica para isso são comportamentos desafiadores e agressividade.



Quando ocorre repetidas vezes ou de forma muito intensa, o estresse torna-se tóxico e os traumas acontecem e repercutem ao longo de toda a vida. O estado de alerta constante pode desencadear, a longo prazo, ansiedade, depressão, TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), distúrbios de sono, dificuldades de aprendizado, entre outros problemas.

Na vida adulta, com o neocórtex desenvolvido, o adulto deve ser capaz de regular-se nos momentos de raiva para ajudar a criança em sofrimento. Muitas vezes, entretanto, a dor do adulto sobrepõe-se àquela situação, porque, quando a criança age de forma desafiadora, traz para ele gatilhos de sua própria infância, como o seguinte: "Nossa! Mas, se fosse eu quando era criança fazendo isso, iria apanhar na certa." A reação automática, portanto, é reprimir, punir, porque foi isso que vivenciou em sua infância.

Para uma criança, não existe autorregulação, principalmente em se tratando daquela menor de 7 anos. Ela só consegue acalmar-se e regular-se por meio de correção, isto é, quando um adulto de segurança, que já tem seu cérebro desenvolvido, mostra-se disponível, oferece seu corpo (colo, abraço) e mantém a calma para ajudá-la a vencer aquela emoção. A correção infantil ocorre após a oferta de presença emocional por um adulto de segurança até que a criança se acalme, pois, quando o ciclo de desregulação emocional é muito frequente e a criança se sente constantemente inadequada por expressar suas emoções, pode resultar em trauma infantil. Para evitá-lo, o adulto precisa estar regulado e ter empatia pelo estado da criança.

Ressalta-se que é muito importante que o adulto seja modelo para a criança ao lidar com suas próprias emoções de forma saudável. Para isso, ele precisa aprender a observar-se, observar seus gatilhos, acolher os seus próprios sentimentos, validar a sensação que *sua criança interior ferida* traz para que, em seguida, consiga ter empatia pelo estado da criança. Um adulto impaciente, nervoso e aos gritos não conseguirá ser fonte de correção para a criança.

Para consultas adicionais sobre o tema, são indicados os livros *O Cérebro da Criança*, de Daniel J. Siegel; *A raiva não educa, a calma educa*, de Maya Eigenmann; artigos sobre estresse tóxico precoce da infância; e o vídeo do *Center on Developing Child* da Universidade de Harvard, disponível no *Youtube*, intitulado *O estresse tóxico prejudica o desenvolvimento saudável*.



## 5. DESAFIOS DE COMPORTAMENTO

Todo desafio de comportamento infantil reflete uma necessidade não atendida. Nesses casos, é necessária uma investigação atenta, pois, quanto pior a criança se comporta, mais ela precisa de ajuda. É fundamental encarar o desafio do comportamento como excelente oportunidade para o ensinamento de habilidade de vida para o futuro. Para os estudiosos do comportamento, o desafio de comportamento infantil é apenas a ponta do *iceberg*. Por trás de um mau comportamento, existem diversas possibilidades de necessidades não atendidas, entre elas: fome, sono, dor, fralda suja, carência de afeto, necessidade de atenção e necessidade de pertencimento, o qual, segundo Adolf Adler, é a necessidade primordial dos seres humanos.

São exemplos de comportamentos desafiadores: explosões emocionais (birras), gritos, choro *sem motivo* ou excessivo, hiperatividade, agressividade, desinteresse/desatenção, oposição/rebeldia, problemas de sono, problemas de alimentação e apatia.

São exemplos de necessidades não atendidas: necessidades fisiológicas (sono, fome, excreções, movimento); necessidade de proteção (segurança), conexão, previsibilidade, brincadeira e expressão livre das emoções (medo, raiva, tristeza, alegria e amor) e dos sentimentos (vergonha, culpa, ciúme, frustração, inadequação, entre outros); gatilhos emocionais; luta pela própria integridade e autenticidade; autoestima ferida; vazio emocional; insegurança; resposta ao estresse (luta e fuga) e sobrecarga emocional.

É importante salientar que, durante a primeira infância, o movimento constitui uma necessidade fisiológica. Da mesma forma que comer e dormir, crianças não conseguem controlar os impulsos de se movimentar, mesmo quando orientadas várias vezes a ficarem sentadas.



## 6. PUNIÇÕES E RECOMPENSAS

O conhecimento sobre experiências adversas da infância e desenvolvimento do cérebro da criança deixa claro por que as punições são tão danosas para o desenvolvimento infantil. Assim como as punições, o uso de recompensas não faz parte de uma educação respeitosa, pois não ensina compaixão e colaboração. Deve-se estimular o foco interno e a construção de boas crenças e valores. Deve-se ensinar a criança a agir bem porque é o certo, e não para ganhar algo ou porque alguém está olhando. Estrelinhas estimulam a competitividade, reduzem a autoestima e não ensinam relações colaborativas.

Crianças que recebem recompensa por bom comportamento não entendem o porquê de agir por valores, pois se comportam de tal maneira para ganhar algo em troca e, por vezes, desrespeitam seus próprios ritmos biológicos e sua própria autenticidade para ganhar aquela recompensa. Recompensas ensinam sobre manipulação em vez de habilidades de vida.



## 7. CUIDADOS AMOROSOS

Emmi Pikler foi uma pediatra húngara que, após observar e estudar crianças institucionalizadas, desenvolveu teorias de educação infantil. Ela inspira a olhar para a criança, observando suas possibilidades, suas necessidades e as limitações próprias da idade. Ademais, ensina o valor dos detalhes na forma de cuidar, bem como a qualidade das relações, como elemento mais importante para o ser humano. A abordagem de Emmi Pikler é um lindo presente para as crianças, pois nega o mundo *adultocêntrico* e abre os olhos para a enorme importância da infância no desenvolvimento humano.

Durante a primeira infância, a linguagem não verbal é muito aguçada. Sensações físicas, emocionais e psíquicas são compreendidas praticamente como uma experiência única. Um toque pouco cuidadoso, por exemplo, gera insegurança, medo e sensação emocional desagradável que pode desestabilizar a criança. Em seu estudo com bebês, Pikler notou que um toque tranquilo e seguro e uma voz respeitosa e interessada são importantes para transmitir segurança.

É fundamental que se respeite o ritmo orgânico da criança. Quando estimulada antecipadamente, ela se sente insegura, ansiosa e desconfortável e pode ter a autoestima comprometida e desenvolver pensamentos como: “eu não sou capaz, eu não consigo fazer aquilo que a mamãe quer, ela não me admira e eu não tenho valor.” É muito importante exercitar a empatia. Imagine alguém cobrar da criança que ela faça algo que ainda não tem condições físicas nem emocionais de realizar. E imagine se essa cobrança vem da pessoa mais importante da sua vida.



## 8. CRITÉRIOS DA DISCIPLINA POSITIVA

### 1. Conexão

A conexão emocional é uma necessidade humana e a chave para uma educação respeitosa. Criança precisa de conexão para se desenvolver e florescer. A conexão com a criança é mais importante que qualquer sermão, discurso e ensinamento. A Teoria do Apego é vital para explicar o impacto da influência ambiental sobre o desenvolvimento humano. Essa teoria postula que a experiência de uma criança com um adulto responsivo melhora a autoconfiança, a autoestima e a capacidade de manter relações positivas, o que prediz o desenvolvimento de um estilo de apego seguro e permite a contenção de comportamentos agressivos. Por outro lado, o indivíduo que recebe cuidados desatentos desenvolve estilo de apego inseguro, ambivalente ou desorganizado, que pode persistir durante a vida.

Uma das formas de melhorar a conexão emocional ao interagir com uma criança é conversar, abaixando-se até a altura dela e olhando-a nos olhos, a fim de conseguir investigar o que o comportamento dela quer dizer. A depender de questões individuais e culturais, pode-se estimular o contato familiar com abraços, beijos, carinho e afeto.

Diante de desafios familiares, é importante pensar em como promover a conexão com a criança, como inventar uma brincadeira, como trazer um assunto do seu interesse, como falar do super-herói e do filme da moda, como dançar ou imitar animais. Essas atitudes estabelecem um vínculo emocional entre a criança e o adulto, o que pode ser melhor do que qualquer ensinamento para ela.



## **2. Respeito mútuo**

Segundo a Constituição Federal, crianças têm direito à dignidade e ao respeito assim como os adultos. Todavia, em muitas situações, a sociedade ainda as invisibiliza, desconsidera seus pensamentos, sentimentos e emoções e promove verdadeiras relações de abuso de poder. Conversamos com crianças da mesma maneira respeitosa com que nos dirigimos a nossos chefes, amigos e professores? Segundo Jane Nelsen, "de onde tiramos a ideia absurda que, para se comportar melhor, nossos filhos precisam se sentir pior?".

## **3. Desenvolvimento de habilidades de vida**

A responsividade parental é ponto fundamental da educação respeitosa, pois promove habilidades de vida, como o autocontrole e o autoconhecimento. Além disso, ensina às crianças habilidades sociais e intrapessoais, como empatia e segurança em si mesmas, fazendo-as repensar padrões comportamentais violentos normalizados na sociedade atual.

## **4. Desenvolvimento de senso de capacidade**

Crianças nascem com a capacidade natural de contribuir, o que as faz sentir-se capazes e pertencentes. A necessidade de pertencimento é uma das principais necessidades do ser humano. Por isso, deve-se estimular as crianças a fazer aquilo que conseguem na escola, sem obrigar, com um senso de cooperação, como ajudar a guardar os brinquedos, ajudar a preparar a mesa, ajudar o colega que está com alguma dificuldade, entre outros, de acordo com a capacidade de cada faixa etária.

É importante salientar que, em muitos casos, ao pedir ajuda para fazer algo que já domina, a criança está comunicando uma necessidade não atendida. Não há problema algum em ajudar. Necessidade de conexão e de tempo de qualidade podem vir disfarçados de um pedido de ajuda e, em vez de negá-lo, com afirmações como "ah não, você já consegue", deve-se investigar qual é o verdadeiro pedido por trás do comportamento.

## **5. Visão de longo prazo**

Ao praticar uma educação respeitosa, o foco deve ser o longo prazo. As crianças criam, a todo momento, crenças sobre si, sobre os outros e sobre o mundo, inspiradas nas visões, pensamentos e sentimentos dos adultos que as cercam. Na Educação Positiva, deve-se sempre considerar: "Ao ouvir meus comentários sobre ela, o que a criança está pensando, sentindo e decidindo?"



## 9. DICAS PRÁTICAS

Muitas situações em sala de aula podem ser complexas e difíceis de administrar quando não se tem conhecimento sobre Educação Positiva. Algumas dicas práticas que levam em consideração a perspectiva da criança são apresentadas a seguir:

- Durante a primeira infância, as crianças são literais. Por esse motivo, nunca se deve mentir para elas, pois precisam aprender a confiar no mundo que a cerca. Como são muito sensíveis à linguagem não verbal, nunca desconfiam do adulto e assumirão as falas destes como verdades absolutas. O cérebro infantil não tem capacidade de desconfiar de um adulto. Por isso, deve-se ter muito cuidado com brincadeiras. Devido à sua fase de desenvolvimento, se ouvir, por exemplo, que o bicho-papão vai pegar, a criança entende que isso vai acontecer. Caso ouça que o adulto não vai mais gostar dela se fizer tal coisa, vai entender como real.
- Nunca se deve responsabilizar a criança por aquilo que o adulto sente. Frases como “Eu vou ficar triste com você se não fizer tal coisa”, “Você me deixou triste/com raiva/chateado” ou “Você me tira do sério” são formas de desequilibrar a autoestima da criança. Os comportamentos infantis que levam os adultos a preferirem tais frases, na maioria das vezes, são totalmente esperados para a idade. Representam respostas automáticas de um cérebro imaturo, sobre as quais as



crianças não têm controle, principalmente na primeira infância. Quando responsabilizada pelo que o adulto sente, a criança enxerga-se inadequada e começa a internalizar que é responsável pelos sentimentos dos outros. Isso pode levá-la a reprimir aspectos da sua autenticidade para encaixar-se na *caixinha de expectativa* de seu cuidador e agir sempre em busca de aprovação, em vez de respeitar suas motivações internas. O mesmo entendimento é válido para frases do tipo “Me dá um abraço para eu ficar feliz”. Na verdade, o sentimento e a emoção gerados no adulto são reflexos das suas próprias feridas ou vazios emocionais, ou seja, dizem respeito a ele, e não à criança. É como se o adulto estivesse com uma ferida aberta e a criança tocasse aquele ferimento. Por exemplo, o grito de uma criança pode ser encarado com naturalidade por algumas pessoas, enquanto outras pessoas podem ter atitudes violentas e de repreensão. Enfim, os gatilhos emocionais ativados nos adultos são fonte de suas emoções; o comportamento da criança apenas ativa esses gatilhos.

- Momentos de descontrole emocional de crianças ou adultos não são adequados para resolver problemas ou dar conselhos. Respire fundo e lembre-se dos mantras: “Ela está precisando da minha ajuda”; “Eu sou o adulto, ela é criança!”; “Ela precisa de mim!”; “Ela não está fazendo para me provocar”.
- Ter uma almofada na sala pode ajudar adulto e criança a aprender a lidar com a raiva. Pode bater nesse objeto, gritar com ele e extravasar os sentimentos mais fortes e difíceis de nomear. Não há problema se a criança não concordar em fazê-lo. Porém, se o adulto o fizer, estará dando uma verdadeira aula de regulação e poderá ser exemplo para ela numa próxima ocasião.
- Praticar a *escrita terapêutica* ajuda a descarregar o excesso de pensamentos e as emoções reprimidas ao longo do dia, assim como incertezas e inseguranças que interferem na conexão com outras pessoas. Ter um caderninho para que diariamente você consiga escrever pensamentos, insatisfações é uma excelente forma de trabalhar as próprias emoções e buscar autorregulação. Por exemplo: “Hoje fiquei com muita raiva na sala, porque o aluno Fulano fez isso e aquilo.” Muitas vezes, ao longo da prática da escrita curativa, percebe-se que muito do que é escrito não é a realidade, apenas julgamentos e discursos enganados reflexos das



feridas da infância. Quando tal emoção é escrita no caderno, de alguma forma, é trabalhada e não é descarregada em outras pessoas.

- Dar colo para todas as crianças, mas, principalmente, para a criança agressiva. Abraçá-la e validá-la: “Está muito difícil para você, né? Eu estou aqui! Pode contar comigo! Pode chorar! Vamos esperar juntos essa raiva/tristeza passar! Você está seguro aqui!”
- A agressividade é funcional, saudável e esperada. Consiste em mecanismo interno de defesa do corpo, que deve ser direcionado para que não vire violência. Diferentemente da agressividade, a violência (com intenção de ferir) é aprendida e não é algo natural para as crianças. Diante da agressão física entre dois alunos, nunca se deve tomar partido. Sempre existem dois lados de uma história. Crianças não agredem para ferir, mas para defender-se de algo. Deve-se tentar descobrir o que aconteceu, acolher ambas e, em seguida, ensinar habilidades. Exemplo: “Você bateu no amigo, porque ele pegou seu brinquedo? Vamos dizer ao amigo (a criança que agrediu): “Não pegue meu brinquedo!” “O amigo bateu em você? Doeu, né? Venha cá no colinho! É muito ruim quando machuca, né? Você queria o brinquedo e tomou da mão dele? Vamos pedir ao amigo (a criança que foi agredida): Me empresta?”. É necessário repetir várias vezes, em várias situações, para que as crianças consigam internalizar a ação em vez da reação.
- Rótulos são profecias autorrealizadoras. Dizer à criança que ela tem determinada característica, qualidade ou defeito, pode levá-la a acreditar nisso e contribuir para que carregue essa crença por toda a vida. Rótulos considerados negativos, como levado, terrível, desobediente, bagunceiro, reforçam atitudes desafiadoras. Até mesmo rótulos considerados bons, como inteligente ou boazinha, são limitantes, pois a criança cobra-se excessivamente, potencializa o sentimento de culpa quando erra e é induzida ao perfeccionismo, o qual não deve ser visto como algo positivo. Assim sendo, nenhum rótulo é desejável.



## 10. VIVÊNCIAS ACERCA DO IMPORTANTE PAPEL DOS CUIDADORES

### A. MODELAÇÃO

Crianças imitam o tempo todo e aprendem por *repetição*. O exemplo e a autorregulação do adulto cuidador são muito importantes para os pequenos. Pode-se citar como exemplo a seguinte dinâmica em que o facilitador diz para um grupo de pessoas: "Olhem para mim, levantem a mão direita, façam um círculo com os dedos indicador e polegar, agora coloquem esse círculo no queixo." O facilitador coloca o círculo na bochecha, não no queixo, e observa quantos seguirão o comando verbal. A maioria das pessoas imitará o gesto feito, não o que foi dito, mesmo se a dinâmica for realizada com adultos.

É preciso fazer um paralelo e sempre observar se a forma que se está agindo com a criança é um bom exemplo a ser seguido, bem como se a forma como a criança está sendo tratada é a maneira como o adulto também gostaria de ser tratado ou que trataria algum parente, vizinho ou amigo.

### B. ACOLHER NOSSAS EMOÇÕES

Para oferecer a responsividade que as crianças merecem, o adulto precisa também aprender a se acolher. A posição do autoabraço (uma mão no ombro e a outra abraçando a barriga) pode ajudar nos momentos de maior dificuldade dentro da sala de aula.

#### POSIÇÃO DO AUTOABRAÇO

Enquanto se abraça, a pessoa pode falar em pensamento o que está sentindo ou pensando, até mesmo se imaginar gritando. Geralmente, quando o adulto dá vazão de forma saudável ao que sente, consegue autorregular-se e, em seguida, acolher a criança com calma e empatia. Essa é uma das técnicas da Terapia de Experiência Somática, um tipo de terapia voltada para traumas. Para mais informações, acesse o site: [www.traumatemcura.com.br/somatic-experiencing/oque-e](http://www.traumatemcura.com.br/somatic-experiencing/oque-e).



### C. CARA INEXPRESSIVA

Um recurso muito utilizado pelos adultos ao lidarem com crianças em estado de desregulação emocional (como uma birra, por exemplo) é ignorá-la. O intuito do adulto é cessar aquele comportamento por acreditar que a criança tem controle sobre aquela situação e está fazendo propositalmente para chamar a atenção ou para o irritar. Na verdade, o cérebro da criança não possui a capacidade de autorregular-se. Quando inundada de hormônios de estresse, tudo que ela precisa é de um adulto de segurança para ajudá-la a atravessar a dificuldade.

É desesperador para uma criança ser ignorada por seu adulto cuidador quando passa por uma resposta de ativação ao estresse. Ela tenta todos os recursos que possui para conectar-se com ele, a fim de regular suas emoções. Isso ocorre em muitas situações, como em treinamentos de sono ou quando o adulto está mais concentrado no celular do que na criança.

Um experimento científico mundialmente reconhecido é a experiência da cara neutra (*Still Face Experiment*), do Dr. Edward Tronick, e está disponível no *link* <https://www.youtube.com/watch?v=Rx8KtHD90h8>. Nesse experimento, uma criança de 1 ano é filmada interagindo com sua mãe. Em um primeiro momento, verifica-se uma interação social saudável entre ambos. A mãe sorri no mesmo nível que o bebê, que também olha para ela, sorri e aponta para os lugares de seu interesse. Um entende o outro. Em um segundo momento, é solicitado à mãe que pare de responder ao bebê, o qual, imediatamente, percebe que algo mudou e tenta chamar atenção da mãe para si. A criança aponta, tenta tocar a mãe e retomar a interação com ela. Em seguida, demonstra incômodo e grita. Após dois minutos sem conseguir a atenção da mãe e a interação com ela, a criança entra em estado de estresse e começa a demonstrar irritabilidade. Desvia o olhar, vira o corpo, perde o controle, começa a chorar até que sua mãe retome a atenção. Nesse momento, o bebê regula-se e reestabelece o contato e a troca emocional com ela. Com a realização dessa pesquisa, surgiram as dúvidas: como retomar as relações? Como recuperar vínculos e relacionamentos? Como se adaptar? Como reagir quando se sentir frustrado e ignorado? Em seu livro *Beyond Behaviors*, a psicóloga infantil Dra. Mona Delahooke descreve que há três caminhos de reação ao estresse. São eles:

1. Verde: ativação do sistema de engajamento social, tentativa de conexão (conversa, sorriso, grito) para tentar ter a necessidade atendida.
2. Vermelho: ativação do sistema de luta e fuga (choro, desespero, tentativa de sair da cadeira, ataque).
3. Azul: paralisação, desesperança, colapso (provocados pelo conhecido ato de deixar a criança chorando para dormir ou diante de uma birra). Nesse caso, a criança tenta tanto se conectar que, sem resposta, é necessário desligar o sistema nervoso para lidar com o estresse. No vídeo apresentado no *link*, não se observa esse ponto, pois a mãe acolheu a criança depois da fase dois.



O sistema nervoso está constantemente vigiando o ambiente e coletando informações internas (do corpo), externas (do ambiente) e relacionais. O cérebro interpreta o que recebe do corpo da seguinte forma: estou seguro, confortável, em equilíbrio, com necessidades atendidas; ou estou em perigo, desregulado, incomodado, com necessidades sem atender. É uma via de mão dupla: o corpo manda informação para o cérebro, e o cérebro para o corpo – estou seguro ou não estou seguro. Quando não se sente segura, a criança reage com o que é considerado mau comportamento (birras, explosões, gritos, agressividade, falta de colaboração, desânimo). O adulto, por sua vez, julga que tais atitudes são escolhas da criança ou do adolescente. Contudo, a grande verdade é que a criança e o adolescente não possuem o cérebro desenvolvido, e o sistema nervoso apenas apresenta uma resposta adaptativa ao estresse.

Em suma, o papel do cuidador na vida das crianças é de extrema importância, pois a qualidade das relações estabelecidas entre eles impactará na forma como elas relacionam-se ao longo de toda a vida. Por esse motivo, estímulos saudáveis durante a infância e um ambiente sem violência são determinantes para a saúde física e mental de toda a sociedade.



## 11. OFICINA DE PROTEÇÃO DO CORPO

Quando se trata de proteção da criança contra abusos e todas as formas de violência, é importante dialogar sobre o corpo dela, sobre como cuidar dele e protegê-lo. Por isso, é necessário nomear as partes do corpo e diferenciar as íntimas e privadas.

É importante ensinar às crianças quais são as partes do corpo, como cuidar destas (escovar os dentes, lavar os pés, cuidar dos cabelos) e a nomear partes íntimas (tudo que é coberto com cueca, calcinha e biquíni) e partes privadas (mamilos dos meninos e boca).

Finalmente, é importante orientar sobre quem pode tocar o corpo, como pode tocá-lo e sobre o que é toque de cuidado (higienizar, ministrar remédio, tocar durante a consulta médica). A criança precisa entender que todo toque deve ser consentido, afinal o corpinho dela e dos colegas merecem respeito. Mesmo com consentimento, as partes íntimas só podem ser tocadas pelas pessoas responsáveis por sua higiene e seus cuidados (banhos, trocas de fralda, remédios). Por isso, é importante nomear os cuidadores (pais, professores, tias, a depender do caso).

### 11.1. Dicas de proteção

#### SURPRESA E SEGREDO

Para proteger a criança de vários tipos de violência, é fundamental conversar com ela sobre a diferença entre surpresa e segredo, pois esse é o argumento mais usado por abusadores para evitar que seus atos sejam revelados. Seguem as principais diferenças entre eles:



- Surpresa:
  - dura pouco tempo e é guardado com a intenção de ser revelado em breve;
  - deixa você e todo mundo alegre;
  - dá uma sensação de felicidade e emoção. Seu coração fica feliz e animado;
  - pedem que você conte logo em algum momento especial;
  - deixa você tão feliz que tem vontade de contá-lo logo.

Exemplos: uma festa de aniversário surpresa ou um presente que deve ser aberto só na noite de Natal.

- Segredo:
  - pedem que você nunca o conte a ninguém;
  - dizem que "esse é um segredo só nosso e que você nunca deve contá-lo à mamãe";
  - dizem que, "se você contar, ninguém vai acreditar ou as pessoas vão ficar tristes";
  - causa medo, vergonha, tristeza, preocupação e, às vezes, dá vontade de chorar;
  - deixa você com vergonha de contar, mas você sempre deve contar a alguém de confiança.

Exemplos: um amigo da escola fala palavras que deixam a criança triste e pede a ela que não conte a seus pais. Uma pessoa leva a criança a um local escondido a fim de tocá-la e pede que não conte a ninguém.

## **11.2. Sinais ou sintomas que podem indicar que a criança está sofrendo abuso**

As crianças não costumam relatar os abusos, mas emitem vários sinais, principalmente por meio do comportamento. Abaixo serão listados aqueles que merecem atenção. Porém, nenhum deles pode ser interpretado imediatamente como evidência de abuso sexual, para não se chegar a conclusões precipitadas. Diante de qualquer sinal ou sintoma, a autoridade competente, conforme o caso, deverá ser acionada.

BEBÊS (0 A 3 ANOS):

- choros constantes (sem motivo aparente);
- medo repentino de um local ou de pessoas de um gênero específico;
- choro ao tomar banho ou medo de tirar a roupa;
- pesadelos (acordar assustado);
- sinais físicos (manchas roxas, fissuras, infecções urinárias, dor ao urinar, vermelhidão).



## CRIANÇAS:

- atitudes sexuais que não condizem com a idade, ou seja, superiores à sua fase de desenvolvimento;
- desenhos com partes íntimas desproporcionais ao tamanho da pessoa ou desenho de mãos com garras;
- infecção urinária repetitiva;
- lesões/hematomas;
- dor na barriga constante ou dor no baixo ventre;
- dores sem motivo aparente (dores de cabeça constante);
- alterações do sono;
- dificuldades motoras não apresentadas antes (começa a deixar os objetos caírem, falta de força corporal);
- sentimento de culpa (desproporcional), vergonha, medo dos pais ou de morrer, raiva (agressividade, destruição de brinquedos);
- medo (sem motivo aparente, de ser descoberto);
- piora da capacidade de concentração, melhora ou piora no rendimento escolar;
- mudanças repentinas no comportamento (alteração no apetite – comia muito e começou a comer pouco, agressividade, introspecção);
- automutilação.

No caso de desenhos com partes íntimas desproporcionais ao tamanho da pessoa ou desenho de mãos com garras, é importante ouvir a criança sobre o desenho, sempre com perguntas que não induzam respostas.



## 12. VIVÊNCIAS PARA A OFICINA DE PROTEÇÃO DO CORPO

As vivências a seguir são embasadas na Certificação Master ESEPAS (Educação Sexual, Emocional e Prevenção ao Abuso Sexual), da psicóloga Leiliane Rocha.

### 12.1. O toque do *sim/bom* e o toque do *não/ruim*

Objetivo:

Ensinar à criança os diferentes tipos de toques, como tocar o corpo do outro com respeito e como ela merece ser tocada.

Sobre o toque:

O toque *bom* e o toque *ruim* estão ligados a todos os relacionamentos e às situações do dia a dia da criança.

É muito importante que, desde bebê, a pessoa aprenda sobre o valor do seu corpo e do corpo do outro, como ele é importante e que todos merecem receber somente toques que os façam se sentir bem, ou seja, toques de respeito.

É fundamental também que a criança seja ensinada a não oferecer toques que causem dor ou desconforto ao corpo das outras pessoas, bem como a apenas tocar em outra pessoa se houver consentimento. Você pode chamar de toque do *não/ruim* ou toque do *sim/bom*.



Desenvolvimento:

Materiais: material impresso e palito de churrasco ou de picolé.

1. Imprima as frases de exemplos de toque *bom* e toque *ruim*, descritas nas próximas páginas, e coloque-as em uma caixinha.

2. Imprima as figuras das páginas a seguir e faça plaquinhas com palitos de picolé.

3. Faça um sorteio de cada frase que está na caixinha e pergunte à criança: "Este é um toque *bom* ou um toque *ruim*?"

4. A criança vai levantar a plaquinha para dizer se qualquer pessoa pode tocar ou se não pode tocar.

Você pode dar outros exemplos ou pedir para a criança falar sobre situações que envolvam toques.

Use sua criatividade na aplicação desta dinâmica, para que esteja o mais próximo possível da realidade da criança.

## Exemplos do Toque *bom*

- Abraço da mamãe;
- Aperto de mão;
- Abraço dos colegas e parentes quando você quer;
- Toques de higiene na hora do banho feitos pela rede de proteção;
- Toque do médico quando está cuidando de sua saúde.



### Características do toque *bom*:

1. Não é forçado;
2. Não dói;
3. Todo mundo pode saber (pais, professores, amigos);
4. Faz o *coraçãozinho* ficar feliz e animado;
5. Pode ser feito na frente de todo mundo;
6. Não lhe deixa com vergonha ou triste.

## Exemplos do Toque ruim

- Empurrar;
- Ser empurrado;
- Bater;
- Apanhar;
- Forçar carinhos;
- Ser forçado a receber carinhos;
- Fazer brincadeiras que machucam (brincar de dar soco ou rasteira no colega, etc.);
- Tocar nas partes íntimas de outras crianças e/ou adultos;
- Deixar outras crianças ou adultos tocarem em suas partes íntimas.



### Características do toque ruim:

1. Pedem a você para não contar a ninguém;
2. Muitas vezes, é feito em lugar escondido;
3. Deixa você triste;
4. Pode até causar dor ou agonia na barriga;
5. Faz você sentir vergonha e ter medo de contar para alguém;
6. Seu *coraçõzinho* fica triste ou agoniado;
7. Deixa você com raiva ou com vontade de chorar.

# IMPRIMIR E RECORTAR





## 12.2. As quatro regras de proteção

Objetivo:

Ensinar à criança a autoproteção e a pedir ajuda numa situação de toque desrespeitoso ou em situações de perigo e de abuso.

### 1. Fale: NÃO!

“Ninguém pode tocar em suas partes íntimas, a não ser as pessoas que fazem parte da sua rede de proteção (explicar quem faz parte dessa rede). Mesmo essas pessoas só podem tocar para limpar ou passar remédio, se necessário. E esse toque não pode ficar em segredo.”

### 2. Grite bem alto

“Você pode gritar; alguém vai ouvir. Não tenha medo de gritar.”

### 3. Saia correndo

“Não fique perto de uma pessoa que toca você assim. Mesmo que seja alguém da sua família ou um amigo, você não deve ficar perto. Essa pessoa não quer o seu bem.”

### 4. Conte tudo para a mamãe/papai ou para alguém de sua confiança

“Todos têm alguém em quem podem confiar e para quem podem contar tudo o que os entristece, magoa ou amedronta.” Aproveite para perguntar quem é a pessoa de confiança das crianças. Isso pode ser muito importante.

Desenvolvimento:

Materiais: Plaquinhas das quatro regras de proteção, palito de picolé/churrasco, cartolina, revistas ou livros usados.

#### **Você pode iniciar a conversa assim:**

“Vocês sabem que o nosso corpo é especial e que devemos cuidar dele com carinho? Por isso, não podemos deixar que outras pessoas o toquem de um jeito que nos incomode e que seja escondido.”

“Vocês sabem o que fazer se alguém vier tocar em suas partes íntimas ou se alguém pedir para você tocar nas partes íntimas dele(a) ou beijar sua boca?”

“Vamos aprender sobre isto hoje e construir um cartaz bem bonito?”



**Opção 1:** Construa um cartaz com as quatro regras de proteção.

**Opção 2:** Numa cartolina, as crianças podem desenhar ou colar figuras que ilustrem as regras.

**Opção 3:** Confeccione plaquinhas com as crianças que contenham imagens das quatro regras de proteção.

**Opção 4:** Imprima as figuras a seguir e confeccione as plaquinhas com palitos de picolé ou de churrasco. Entregue a cada criança uma plaquinha e pergunte: “Qual é a regra 1? Qual é a regra 2?” E assim sucessivamente.

Você pode dividir as crianças em duplas ou em grupos de acordo com a regra de proteção. Peça a cada grupo/dupla que explique e encene a regra ao restante das pessoas.

## IMPRIMIR E RECORTAR





### **13. O PAPEL DO PROFESSOR E DAS ESCOLAS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMICILIAR**

É muito comum que profissionais de educação tenham contato com situações de violência doméstica. A integração das instituições de educação com a rede mais ampla de proteção à criança e ao adolescente é essencial para a efetiva garantia dos direitos de ambos. A violência física, sexual e emocional e a negligência com crianças e adolescentes são crimes. É dever de todo cidadão brasileiro denunciá-las, sendo sua omissão sujeita à sanção administrativa e criminal (ECA, arts. 13 e 245; LCP, art. 66).

É extremamente importante que as escolas possuam um fluxo interno preestabelecido para o tratamento de casos suspeitos de violência contra crianças e adolescentes. Tal fluxo deve ser divulgado internamente de forma que o educador saiba exatamente como proceder e a quem recorrer diante da suspeita de violência. Qualquer cidadão pode acionar o sistema de proteção. Porém, a presença de um bom fluxo interno, bem como a de um coordenador ou orientador educacional, responsável pela salvaguarda de estudantes dentro do ambiente escolar, fortalecem a escola e favorecem o adequado atendimento da criança e do adolescente pela rede de proteção. No Distrito Federal, casos suspeitos devem ser reportados à Coordenação de Denúncias de Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente (CISDECA), pelo telefone 125, ou diretamente ao Conselho Tutelar da localidade de moradia da criança ou do adolescente.

Usualmente, quando um professor toma conhecimento de uma possível situação de violação dos direitos de crianças e adolescentes, há uma tendência de tentar entender o que ocorreu no caso, de conhecer os detalhes do episódio, de incentivar a criança ou adolescente a revelar mais sobre o fato. Essa atitude não é positiva por duas razões. Primeiro, porque há técnicas específicas



para escutar crianças e adolescentes, com perguntas abertas e não indutivas, de forma a respeitar uma narrativa livre de quaisquer induções. Em segundo lugar, porque sucessivas inquirições são reconhecidas como forma de revitimização desses indivíduos. Se, por um lado, a oportunidade de falar sobre a violência pode ter um efeito terapêutico, falar reiteradamente, quando não mais se deseja, tem um efeito revitimizador, pois as repetidas inquirições impedem a cicatrização das feridas emocionais.

Portanto, o primeiro cuidado do educador ao ter contato com uma notícia de crime sofrido por criança ou adolescente é proporcionar a eles um espaço de fala livre e evitar aprofundar-se na inquirição. As informações que precisam ser encaminhadas aos órgãos de proteção são as fundadas suspeitas da violência sofrida ou a notícia conforme foi recebida, e não uma investigação completa e acabada. A fim de incentivar a comunicação externa dos casos de violência, é recomendável que o relatório do caso seja subscrito pelo responsável do estabelecimento escolar (orientador educacional ou gestor da instituição de ensino), sem, necessariamente, identificar os professores que tiveram contato com a vítima. Todavia, caso o professor se aprofunde no conhecimento do caso, torna-se uma testemunha e aumenta as chances de ser chamado para depor em processo judicial.

Se, eventualmente, após a comunicação ao Conselho Tutelar ou à CISDECA, a escola verificar que houve omissão destes no atendimento à criança ou ao adolescente, é possível que se notifique o Ministério Público para as providências cabíveis.



## 14. CANAIS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

O Conselho Tutelar da localidade de moradia da criança ou do adolescente é responsável por receber denúncias de segunda à sexta feira, das 8h às 18h, e verificar, com a máxima urgência, a situação da vítima, podendo tomar medida emergencial para cessar a violação de direitos. A instituição também notifica a Vara da Infância e da Juventude e o Ministério Público para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis.

Fora do horário de expediente dos Conselhos Tutelares, a CISDECA recebe denúncias por meio do número 125. Além disso, a Coordenação funciona de segunda a sexta, das 8h às 18h, para atendimento gratuito ao público que busca informações sobre os conselhos tutelares e presta orientações e esclarecimentos quanto aos direitos de crianças e adolescentes. Aos sábados, domingos e feriados, o atendimento é feito durante 24 horas, por meio de uma central telefônica que recebe as denúncias de violações de direitos. Os telefones para contato são: 3213-0657, 3213-0763 ou 3213-0766. As denúncias podem ser feitas ainda por *e-mail*: [cisdeca@sejus.df.gov.br](mailto:cisdeca@sejus.df.gov.br).

Outro canal que também pode ser usado é o Disque 100, que acolhe denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, além de outros públicos vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência. As notificações podem ser anônimas.



## 15. A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA COMO ORIGEM DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Ainda é extremamente alto o número de crianças que sofrem abusos físicos, emocionais e sexuais em suas casas, escolas, locais de cuidado e no sistema penal em todas as regiões do mundo. O estudo *Know Violence in Childhood* (2017) estimou que 1,3 bilhão de meninos e meninas entre 1 e 14 anos sofrem punições corporais em casa. Estatísticas da Unicef recolhidas entre 2005 e 2013, em 62 países, destacam que a *disciplina violenta* (punição física e/ou agressão psicológica) é a forma mais comum de violência contra crianças. O relatório constatou que, em média, cerca de 4 em cada 5 crianças de 2 a 14 anos sofreram *disciplina violenta* em casa no último mês. Em média, 17% das crianças sofreram punições físicas severas (batida na cabeça, rosto ou orelhas ou batida forte e repetidamente) em casa no último mês. Estudos científicos mostram os efeitos avassaladores dos castigos corporais em crianças:

- Efeitos físicos diretos: o castigo corporal mata milhares de crianças a cada ano, fere muitas delas e é a causa direta de deficiências físicas de outras tantas.
- Fraca internalização moral e comportamento antissocial: em vez de ensinar às crianças a se comportarem, na verdade, as punições corporais tornam menos provável que elas aprendam as lições que os adultos desejam.
- Aumento da agressividade em crianças: há evidências abundantes de que o castigo corporal está associado ao aumento da agressividade nas crianças.
- Perpetração adulta de comportamento violento, antissocial e criminoso: o comportamento violento de crianças que sofreram punições corporais persiste na idade adulta.



- Efeitos psicológicos: o castigo corporal é emocional e fisicamente doloroso, e os seus vínculos com problemas de saúde mental na infância são claros.
- Efeitos físicos indiretos: os castigos corporais podem ter um impacto negativo na saúde física desde a infância até a idade adulta.
- Impacto na educação: estudos sugerem que os castigos corporais podem ter um impacto negativo no desenvolvimento cognitivo das crianças.
- Impacto no relacionamento pais e filhos: os castigos corporais infligidos a uma criança pelos seus pais podem prejudicar gravemente o relacionamento entre eles. Em uma meta-análise de 2002, 13 estudos sobre o tema encontraram uma associação entre punição corporal e diminuição na qualidade da relação pais e filhos. Outra meta-análise de 2016 examinou 5 estudos sobre o tema e confirmou a associação entre punição corporal e relações negativas entre pais e filhos. Outros estudos descobriram que os castigos corporais estão associados ao apego inseguro e desorganizado dos bebês às mães e às relações familiares precárias na adolescência. Castigos corporais podem fazer com que crianças se sintam rejeitadas pelos pais, e ensiná-las a temê-los e a evitá-los, pois as crianças relatam sentir-se magoadas, com raiva e com medo dos pais após serem punidas fisicamente.
- Associações entre punição corporal de crianças e violência na sociedade: os efeitos negativos das punições corporais em crianças e adultos somam-se aos efeitos negativos na sociedade como um todo. Acabar com o castigo corporal é essencial para criar sociedades não agressivas. A investigação sugere que quanto mais uma sociedade usa a violência para fins socialmente aprovados (como, por exemplo, a punição corporal de crianças), mais os indivíduos dessa sociedade tendem a usar a violência para fins não socialmente aprovados. Indica também que a aprovação e prevalência dos castigos corporais nas sociedades estão ligados ao uso ou à aprovação de outras formas de violência, que inclui confrontos físicos, tortura, pena de morte, guerra e assassinio.

Por outro lado, um estudo de oito sociedades não violentas constatou que, embora diferissem em muitos aspectos, tinham em comum a educação infantil não violenta, o que sugere que o *castigo corporal é um fator de risco para a violência social*. Em alguns países que proibiram todos os castigos corporais contra crianças, os efeitos positivos da diminuição do uso de castigos físicos estão a tornar-se visíveis.

Investigações na Suécia descobriram grande declínio na proibição das punições corporais



desde que a proibição foi alcançada em 1979. Um estudo de 2000, que examinou o impacto da proibição, constatou que houve diminuição no número de jovens de 15 a 17 anos envolvidos em roubo, crimes relacionados a narcóticos, agressões contra crianças pequenas, violações, além de diminuição no número de suicídio e no uso de álcool e drogas por jovens.

Estudos na Finlândia descobriram que houve clara redução em todas as formas de punição corporal e em outras formas de violência dos pais contra crianças desde a proibição em 1983. Além disso, verificaram que a diminuição do castigo físico foi associada a um declínio semelhante no número de crianças assassinadas.

Na Alemanha, que alcançou a proibição total em 2000, a investigação mostrou reduções significativas nas punições violentas, que foram associadas à diminuição da violência praticada por jovens na escola e noutros lugares e à redução na proporção de mulheres que sofrem lesões físicas devido à violência doméstica.

No Brasil, a Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014, garante às crianças e adolescentes uma educação sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante por qualquer pessoa que tenha a responsabilidade de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Essa lei também define o direito à educação não violenta e conceitua as espécies de violência. Além dela, a Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, bem como o fluxo nacional do sistema de proteção de crianças e adolescentes.



## 16. CONCLUSÃO

Sofrer abuso ou violência durante a infância consiste, com frequência, na primeira experiência humana como vítima de uma agressão deliberada. Adultos agredem crianças e alegam o propósito moralmente correto e socialmente aceito de corrigir o mau comportamento e prepará-las para que se tornem cidadãos cumpridores da lei. Nesse sentido, as agressões físicas e emocionais ensinam a normalidade da violência. Como ocorrem em um momento formativo da vida, no qual comportamentos e valores são moldados, pode-se considerar que todas as outras formas de violência são influenciadas pela violência sofrida durante a infância. Essa, por sua vez, funciona como um fator de risco para comportamentos agressivos, criminosos e outros problemas sociais e psicológicos.

A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano e social e deve ser promotora de hábitos saudáveis, valores morais, espírito de coletividade e respeito. Quando a escola conduz uma educação respeitosa, ajuda a preparar as crianças para a vida, a torná-las resilientes perante os desafios e a confiarem em si mesmas. Além disso, a instituição de ensino pode ser apoio para as crianças que sofrem abuso e violência dentro de casa, já que elas podem encontrar no educador um referencial de amor, sem normalizar os abusos, bem como ter sua proteção garantida por meio da atuação efetiva da escola com a denúncia aos órgãos de controle.

O respeito às crianças é dever de todos os pais, parentes, professores, conhecidos e desconhecidos. No entanto, infelizmente essa não é a realidade, pois a sociedade contemporânea é moldada pelo sistema patriarcal, que as enxerga como inferiores aos adultos. Por isso, a conscientização social é necessária para quebrar o ciclo transgeracional da violência e proporcionar às crianças um olhar respeitoso e de igual valor.



A Comissão da Primeira Infância do Programa Humaniza STJ acredita que a sensibilização de adultos sobre as origens da violência é capaz de transformar, a médio e a longo prazo, a sociedade brasileira e promover equidade, cidadania e desenvolvimento social sustentável. A urgente necessidade de uma mudança radical na forma de educar crianças é a base dos projetos desenvolvidos pela comissão. Em consonância, o *Projeto STJ nas Escolas* pretende inteirar a população das descobertas científicas da neurociência do desenvolvimento humano, a fim de contribuir para a promoção da saúde e do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças brasileiras.



## 17. BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

1. *A cientificação do amor* – Michel Odent.
2. *A raiva não educa. A calma educa* – Maya Eigenmann.
3. *Apego* – John Bowlby.
4. *Beyond Behaviors* – Mona Delahooke.
5. *Comunicação não violenta* – Marshall Rosenberg.
6. *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* – Bell Hooks.
7. *Escrita como processo terapêutico* – Ada carvalho.
8. *Mal profundo* – Nadine Burke Harris.
9. *Não perceberás* – Alice Miller.
10. *No princípio era a educação* – Alice Miller.
11. *O corpo guarda as marcas* – Bessel Van der Kolk.
12. *O que aconteceu na nossa infância e o que fizemos com isso* – Laura Gutman.
13. *Pais e mães conscientes* – Shefali Tsabary.
14. *Por que o amor é importante?* – Sue Gherardt.
15. *The myth of normal* – Gabor Mate.
16. *Scatered minds* – Garbor Mate.
17. *Sua Criança Competente* – Jesper Juul.
18. *Trauma-proofing your kids* – Peter Levine.
19. *Uma civilização centrada na criança* – Laura Gutman.



## 18. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AGENDA 2030 ODS Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2018. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8636>. Acesso em 13 set. 2023
02. ALTAFIM, E. R. P; LINHARES, M. B. M. Preventive intervention for strengthening effective parenting practices: A randomized controlled trial. **Journal of Applied Developmental Psychology**, [s.l.], v. 62, p. 160-172, maio/jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2019.03.003>. Acesso em: 06 jul. 2023.
03. ALTAFIM, E.; MCCOY, D.; LINHARES, M. Unpacking the Impacts of a Universal Parenting Program on Child Behavior. **Child Development**, [s.l.], v. 92, t. 2. p. 445-792, mar/abr. 2021. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/cdev.13491>. Acesso em: 06 jul. 2023.
04. BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Guia prático para implementação da política de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência**. Brasília, 2019. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2020/LIVRO\\_ESCUTA\\_PROTEGIDA\\_MENOR\\_10.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2020/LIVRO_ESCUTA_PROTEGIDA_MENOR_10.pdf). Aceso em: 06 jul. 2023.
05. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça & Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório justiça começa na infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral. Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, CNJ. Diagnóstico, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/pacto-primeira-infancia-relatorio-pnud-cnj-2-set-web-2.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.
06. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico Nacional da Primeira Infância: Eixo 1. Mulheres presas e adolescentes em regime de internação que estejam grávidas e/ou que sejam mães de crianças até 6 anos de idade. Brasília, CNJ, 2022a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/05/eixo1-primeira-infancia.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.



07. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico Nacional da Primeira Infância: Eixo 2. Proteção da criança na dissolução da sociedade conjugal. Brasília, CNJ, 2022b. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo2-primeira-infancia-relatorio-final.pdf>. Acesso em 07 jul. 2023.

08. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Diagnóstico Nacional da Primeira Infância: Eixo 3. Destituição do poder familiar e adoção de crianças. Brasília, CNJ, 2022c. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo3-primeira-infancia-relatorio-final.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023

09. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Estrutura judiciária e gestão administrativa de políticas públicas para a infância e juventude: sumário executivo. Brasília, CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/eixo5-primeira-infancia-sumario-executivo-final.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

10. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Pacto Nacional pela Primeira Infância**. Brasília, CNJ, 2020. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pacto-Nacional-pela-Primeira-Infancia\\_2020-09-01\\_WEB.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pacto-Nacional-pela-Primeira-Infancia_2020-09-01_WEB.pdf). Acesso em: 13 set. 2023.

11. BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. Relatório Justiça Começa na Infância: Fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral. **CNJ**, Brasília, 2022.

12. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras. Brasília, CNJ, 2022d. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/eixo4-primeira-infancia.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

13. BRASIL. Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2021). **Pesquisas Acadêmicas Relacionadas à Primeira Infância no Brasil**: uma descrição bibliométrica. Brasília, PNUD/CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/12/relatorio-bibliometrico-1a-infancia-ed3-v3-2021-08-12-1.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

14. BRITTO, P. R. et al. Nurturing care: promoting early childhood development. **The Lancet**, [s.l.], v. 389, p. 91-102, 07 jan. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673616313903>. Acesso em: 13 set. 2023.



15. CAROZZA, S.; LEONG, V. The Role of Affectionate Caregiver Touch in Early Neurodevelopment and Parent-Infant Interactional Synchrony. **Frontiers in neuroscience**, [s.l.], v. 14, n. 613378, p. 1-11, 05 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fnins.2020.613378>. Acesso em: 10 jul. 2023.
16. CENTER for the study of social policy. Building relationships: framing early relational health. maio 2020. Disponível em: <https://cssp.org/resource/building-relationships-framing-early-relational-health/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
17. CHIANG, R. J.; MEAGUER, W.; SLADE S. How the whole school, whole community, whole child model works: Creating Greater Alignment, Integration, and Collaboration Between Health and Education. **Jornal of School Health**, v. 85, n. 11, p. 775-784, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/josh.12308>. Acesso em: 10 jul. 2023.
18. CONNECTING THE BRAIN TO THE REST OF THE BODY: Early Childhood Development and Lifelong Health Are Deeply Intertwined Working. **Harvard National Scientific Council on the Developing Child**. n. 15, 2020. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/resources/connecting-the-brain-to-the-rest-of-the-body-early-childhood-development-and-lifelong-health-are-deeply-intertwined/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
19. Convention on the Rights of the Child. Article 19: protection from abuse and neglect. **Child rights international network**, Londres, n.13, 17 fev. 2011. Disponível em: <https://archive.crin.org/en/home/rights/convention/articles/article-19-protection-abuse-and-neglect.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.
20. DAVIS, J.; COOKE, S. M. Educating for a healthy, sustainable world: an argument for integrating Health Promoting Schools and Sustainable Schools. **Health Promotion International**, [s.l.], v. 37, n. 4, p. 346-353, 05 nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/heapro/dam030>. Acesso em: 10 jul. 2023.
21. Departamento Científico de pediatria do desenvolvimento e comportamento. O papel do pediatra na prevenção do estresse tóxico na infância. Manual de Orientação do Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. **Sociedade Brasileira de Pediatria**. Brasil, n. 3, jun. 2017. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/2017/06/Ped.-Desenv.-Comp.-MOrient-Papel-pediatra-prev-estresse.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2017/06/Ped.-Desenv.-Comp.-MOrient-Papel-pediatra-prev-estresse.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.



22. DURRANT, J. E., STEWART-TUFESCU, A., AFIFI, T. O. Recognizing the child's right to protection from physical violence: An update on progress and a call to action. **Child Abuse & Neglect**, v.110, t. 1, n.104297. dec. 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213419304739?via%3Dihub>. Acesso em: 13 set. 2023.
23. FONAGY, P.; CAMPBELL, C. Mentalizing, attachment and epistemic trust: how psychotherapy can promote resilience. *Psychiatria Hungarica: A Magyar Pszichiatriai Tarsasag tudomanyos folyoirata*. Londres, v. 32(3), p. 283-287. 2017. Disponível em: [https://www.doki.net/tarsasag/pszichiatra/journalview.aspx?ja\\_id=15402&web\\_id=&df=upload/pszichiatra/magazine/2017\\_3s-zam\\_ph\\_2\\_fonagy\\_20171011.pdf](https://www.doki.net/tarsasag/pszichiatra/journalview.aspx?ja_id=15402&web_id=&df=upload/pszichiatra/magazine/2017_3s-zam_ph_2_fonagy_20171011.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.
24. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Importância dos vínculos familiares na primeira infância. Estudo II, p. 15, São Paulo, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Treinamento\\_Multiplicadores\\_Coordenadores/WP\\_Vinculos%20Familiares.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/WP_Vinculos%20Familiares.pdf). Acesso em: 13 set. 2023.
25. GLOBAL partnership to end violence against children. Prohibiting all corporal punishment of children: laying the foundations for non-violent childhoods. [s.l.], abr. 2021. Disponível em: <https://endcorporalpunishment.org/new-global-report-tracks-progress-in-prohibiting-corporal-punishment/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
26. HARLOW, H. F. The nature of love. *American Psychologist*, [s.l.], v. 13(12), p.673-685. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/h0047884>. Acesso em: 10 jul. 2023.
27. HECKMAN, J. J. Schools, Skills and Synapses. **Economic Inquiry**, n. 14064, jun. 2008. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w14064>. Acesso em: 10 jul. 2023.
28. HEILMANN, A.; MEHAY, A.; WATT, R. G. KELLY, Y.; DURRANT, J. E.; VAN TURNHOUT, J.; GERSHOFF, E. T. Physical punishment and child outcomes: a narrative review of prospective studies. **The Lancet**, v. 398, n. 102972, 8 jun. 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/352800891\\_Physical\\_punishment\\_and\\_child\\_outcomes\\_a\\_narrative\\_review\\_of\\_prospective\\_studies](https://www.researchgate.net/publication/352800891_Physical_punishment_and_child_outcomes_a_narrative_review_of_prospective_studies). Acesso em: 13 set. 2023.
29. MARTINS, R. et al. School Performance and Young Adult Crime in a Brazilian Birth Cohort. **Journal of Developmental and Life-Course Criminology**, [s.l.], 11 out. 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40865-022-00214-x>. Acesso em: 11 jul. 2023.



30. NATIONAL SCIENTIFIC COUNCIL ON THE DEVELOPING CHILD. **Young children develop in an environment of relationships**, 2004. Working Paper N. 1. Disponível em: <https://harvardcenter.wpeninepowered.com/wp-content/uploads/2004/04/Young-Children-Develop-in-an-Environment-of-Relationships.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.
31. NELSEN, J.; LOTT, L. **Disciplina positiva**. 3. ed. Barueri: Manole, 2015.
32. SINGLA, D. R.; KUMBAKUMBA, E.; ABOUD, F. E. Effects of a parenting intervention to address maternal psychological wellbeing and child development and growth in rural Uganda: a community-based, cluster randomised trial.[s.l], **The Lancet**, v.3, n. 8, p. 458–469. 2 jul. 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s2214-109x\(15\)00099-6](https://doi.org/10.1016/s2214-109x(15)00099-6). Acesso em: 11 jul. 2023.
33. STRAUS, M. A. Children should never, ever, be spanked no matter what the circumstances, 2005. In LOSEKE, D. R.; GELLES, R. J.; CAVANAUGH, M. M. (Eds.) **Current controversies on family violence**. SAGE, 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237257047\\_Children\\_Should\\_Never\\_Ever\\_Be\\_Spanked\\_No\\_Matter\\_What\\_the\\_Circumstances](https://www.researchgate.net/publication/237257047_Children_Should_Never_Ever_Be_Spanked_No_Matter_What_the_Circumstances). Acesso em: 13 set. 2023.
34. THE FOUNDATIONS of Lifelong Health Are Built in Early Childhood. **Harvard National Scientific Council on the Developing Child**, 2010. Disponível em: <https://developingchild.harvard.edu/resources/the-foundations-of-lifelong-health-are-built-in-early-childhood/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
35. VENANCIO, S. I.; TEIXEIRA, J. A.; De BORTOLI, M. C.; BERNAL, R. T. I. Factors associated with early childhood development in municipalities of Ceará, Brazil: a hierarchical model of contexts, environments, and nurturing care domains in a cross-sectional study. [s.l], **The Lancet Regional Health - Americas**, v. 5, n. 100139. jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100139>. Acesso em: 11 jul. 2023.

